

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR N° 498/2022

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 22/2022

Acrescenta dispositivos contidos à Lei Complementar n° 57/2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de haver mecanismo sonoro de orientação para deficientes visuais, nos semáforos para pedestres, no âmbito do município de Franca, e dá outras providências.

(Projeto de Lei de autoria dos Srs. Vereadores Donizete da Farmácia, Carlinho Petrópolis Farmácia, Daniel Bassi, Gilson Pelizaro, Ilton Ferreira, Marcelo Tidy e Zezinho Cabeleireiro)

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Franca,

APROVA

Art. 1° Ficam acrescentados os arts. 33-A e 33-B à Lei Complementar n° 57, de 18 de agosto de 2003, que instituiu o Plano Viário do Município de Franca, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	33.	 • • • • • • • •	 	• • • • • • • • • •

Art. 33-A No âmbito do município de Franca, os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo sonoro, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoa com deficiência visual ou com mobilidade reduzida, em todos os locais onde a intensidade do fluxo de veículos, de pessoas ou a periculosidade na via assim determinarem.

Parágrafo único. A implantação dos equipamentos de que trata esta Lei será precedida de estudos técnicos que deliberarão os locais mais adaptados para sua instalação, bem como o número adequado. (NR)



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



Art. 33-B Os semáforos com sinal sonoro deverão:

- I ser identificados com sinalização tátil e de alerta, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade e de acordo com o disposto no art. 9°, da Lei Federal n° 10.098/2000;
- II operar segundo os padrões e critérios definidos pelo
 Conselho Nacional de Trânsito COTRAN, ou outro órgão que,
 porventura, vier a substituí-lo." (NR)
- Art. 2° O Poder Executivo poderá regulamentar, através de Decreto, e no que couber, a presente Lei.
- Art. 3° As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.
- Art. 4° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

nca, 11 de outubro de 2022.
PASTOR SÉRGIO PALAMONI
Vice-Presidente
CARLOS CÉSAR ARCOLINO - KAKÁ
2° Secretário